TRABALHO DOCENTE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

LIVIA MARIA FRAGA VIEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS), CARLA BATISTA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS).

Resumo
Este trabalho é parte integrante da pesquisa intitulada "Trabalho docente e política educacional: situação e condição do exercício profissional na educação infantil" coordenada pelas professoras Lívia Maria Fraga Vieira (UFMG) e Roselane Fátima Campos (UFSC) que tem como foco investigar o perfil do trabalhador da educação infantil, a sua formação, suas atividades, as características de sua carreira, assim como as condições de trabalho desse profissional. A pesquisa configura–se como sendo, à princípio, de caráter quantitativo, sendo já realizado levantamento de dados junto à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte sobre instituições públicas e privadas, buscando conhecer as situações de trabalho na educação infantil e perceber o impacto das políticas públicas nessa área. A partir dos dados já coletados foi possível levantar uma característica fundamental sobre a formação desses profissionais: os professores das instituições públicas possuem geralmente formação superior, em contrapartida, os profissionais das instituições conveniadas possuem predominantemente magistério. É perceptível ainda que os salários dos profissionais da educação infantil nas instituições conveniadas são relativamente baixos. A partir de tais dados entendemos que o que direciona essa investigação é buscar compreender se as situações diferenciadas de trabalho, as condições em que ele é exercido e as estratégias de valorização profissional (ou a inexistência delas) interferem no perfil dos profissionais e na qualidade do trabalho pedagógico, bem como na atratividade das carreiras.

Palavras-chave:
EDUCAçãO INFANTIL, FORMAçãO DE PROFESSORES, TRABALHO DOCENTE.

Algumas considerações

A partir do século XX o mundo vem configurando-se como espaço de grandes transformações, o que indica um ambiente de possibilidades, mas que também vem revelando o surgimento de estruturas sociais segmentadas, que apresentam mecanismos também na educação. De acordo com Popkewitz (1997) o aprofundamento das desigualdades eleva-se e as reformas de ensino são constantes como alternativas para alcançar melhores perspectivas econômicas.

> No campo da educação, destacam-se as propostas de mudanças nos paradigmas do conhecimento e nos produtos de pensamento, a cultura e a arte. Neste mundo complexo e de profundas transformações, também se tornam mais complexas as práticas educativas e torna-se inquestionável uma nova forma de organização do trabalho das instituições e nos processos de formação inicial e continuada de professores bem como no posicionamento de todos os que trabalham na educação. (Veiga, 2002:67).

Em diferentes momentos o Brasil presencia a implantação de reformas em seu sistema de ensino; nos anos de 1930, por exemplo, devido à importância dada ao fato de se moldar um cidadão e modernizar a elite, acentua-se o papel do professor para ordenação moral e cívica, para formação da cidadania e para obediência. Nas décadas de 1940 e 1960 as propostas para a educação são pensadas de acordo com reformas de base e integradas nos planos de desenvolvimento e segurança nacional e defesa do Estado. Já na década de 1970 a educação vincula-se à formação do capital humano, baseada no vinculo entre educação e trabalho, influenciada pelo principio do consumo, repressão e controle político-ideologico. Neste mesmo período, em um momento de busca pela redemocratização do país, reivindicaram-se mudanças no sistema educacional e tinha-se como foco a constituição de um sistema nacional de educação público e gratuito, a erradicação do analfabetismo e universalização da escola pública, valorização e qualificação dos profissionais da educação, plano de carreira nacional, piso salarial unificado e reestruturação da formação de professores. Durante todo esse processo define-se o papel do professor, buscando uma nova compreensão de sua formação e atuação. A partir do estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 a formação e o trabalho docente passam a ganhar destaque na discussão educacional.

Nesse debate encontra-se a educação infantil, que já na década de 1980, tem como política de expansão para o atendimento público um modelo para atendimento das massas, a baixo custo e apoiado nas habilidades femininas para cuidado da criança pequena. De acordo com ROSEMBERG (1999), VIEIRA (1998), SILVA I. (2001), SILVA H. (2006) buscou-se a participação da comunidade, mobilizaram-se recursos físicos ("espaços ociosos") e materiais e legitimaram-se duas trajetórias paralelas de educação infantil: uma profissional, baseada na formação educacional do corpo docente, envolvendo espaços e equipamentos específicos (na rede pública e setores da rede privada); outra doméstica-familiar, apoiando-se nos recursos disponíveis da "comunidade" e não na profissionalização das educadoras (que receberiam apenas capacitação esporádica), nas redes comunitárias.

Segundo Rosemberg (2006) paralelamente ao crescimento das matrículas iniciais na pré-escola nas redes públicas e privadas ocorreu aumento de professoras sem formação sustentando essa expansão, sobretudo nas iniciativas comunitárias. Estudos recentes evidenciam que a educação infantil é o nível de ensino, no Brasil, onde encontramos as maiores proporções de professores sem a escolaridade/qualificação mínima estabelecida na legislação do ensino; as maiores proporções dos que recebem os salários mais baixos; onde os poderes públicos promovem os menores gastos e onde se observam os piores indicadores de qualidade.

Nesse contexto é perceptível o movimento pela busca da integração das creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, resultante da luta pela garantia de direitos, como sendo a primeira etapa da educação básica. As novas definições da educação infantil tornam complementares as funções de educar e cuidar, o que necessita de novas perspectivas nos âmbitos de trabalho e formação docente. No âmbito dos municípios, algumas questões sobressaem, entre elas, o estatuto profissional do professor/educador infantil; a inclusão da creche-criança de 0 a 3 anos nos programas de oferta pública municipal direta (e não conveniada) e a exigência de novo perfil do profissional; a administração do atendimento em jornada de tempo integral, que gera desafios para a gestão do cuidado/educação e para o trabalho docente.

O projeto

Este estudo, portanto, configura-se como parte da pesquisa intitulada "Trabalho docente e política educacional: situação e condição do exercício profissional na educação infantil", que tem como objetivo realizar um estudo sobre a situação de trabalho e emprego na educação infantil pública e privada , no âmbito dos sistemas de ensino, especialmente do sistema municipal de ensino de Belo Horizonte e Florianópolis, buscando oferecer subsídios para formulação e implementação de políticas públicas para formação inicial e continuada e para a elaboração de diretrizes de carreira e salário dos professores da educação infantil inseridos nos sistemas de ensino no Brasil. Buscando compreender sua configuração, tal pesquisa propõe-se a :

- Identificar os postos de trabalho existentes nas diferentes instituições de Educação Infantil, além de cargos e funções desempenhados pelos trabalhadores e aqueles que são derivados de novas exigências e atribuições;

- Levantar as formas de contratação, recrutamento e dispositivos de valorização dos profissionais como salários, carreira, formação em serviço e outros benefícios;

- Conhecer o perfil sócio-econômico e cultural dos trabalhadores docentes em exercício em redes públicas e privadas de educação infantil;

- Identificar em que medida mudanças ocorridas nos planos legal e institucional têm suscitado expansão e reestruturação da oferta de educação infantil e interferido no perfil dos trabalhadores docentes;

- Conhecer as condições de trabalho desses profissionais: os meios físicos, os recursos pedagógicos, o acesso à atualização profissional, à literatura específica, às tecnologias e outros bens culturais para o desempenho de seu trabalho;

- Levantar informações sobre as novas demandas trazidas para estes trabalhadores, bem como conhecer estratégias desenvolvidas por eles para respondê-las;

- Conhecer ações e proposições dos sindicatos e associações patronais e dos trabalhadores, que venham no sentido de buscar formas de valorização profissional e de implementação de exigências das novas regulamentações.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, tendo como uma das primeiras etapas de seus objetivos já realizada um levantamento sobre a situação trabalhista e funcional dos profissionais da educação infantil que atuam nos estabelecimentos de ensino (creches e pré-escolas) públicos e privados em Belo Horizonte, visando conhecer e analisar o seu perfil sócio-demográfico, os processos de inserção profissional (recrutamento, seleção, formas de contração), carreira (cargos e salários), exigências de formação inicial, observando as diferenciações e suas relações com as diferentes modalidades de atendimento (creche e pré-escola), e dependência administrativa das instituições. Para tanto considera-se importante evidenciar que as instituições de ensino são classificadas como sendo Públicas (municipal e estadual) e Privadas, segundo categorias: particular; comunitária, filantrópica, confessional. [1]

Esse levantamento foi realizado a principio em Belo Horizonte, utilizando a base de dados da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/SMED, pois esta possui o registro de 882 instituições públicas (conveniadas) e privadas autorizadas - significando documentação que inclui: quadro de pessoal, forma de contratação (podendo ser contrato verbal), CLT (carteira assinada) ou voluntário, salários através de cópias de contra-cheque, além de nomenclatura de profissionais e quadro de pessoal com categorias mais fluídas de vínculo trabalhista. Belo Horizonte possui nove regiões administrativas e em cada uma delas foram analisadas escolas a partir de critérios estabelecidos: instituições particulares consideradas grandes, levando-se em consideração o número de alunos; instituições pequenas e instituições comunitária/filantrópica não conveniada. Tal levantamento foi realizado de forma intencional, com o auxilio da equipe que nos indicou pelo seu conhecimento tais instituições.

São metas previstas e em fase de desenvolvimento a realização de revisão de literatura sobre o trabalho na educação infantil nos últimos dez anos, tendo como base de dados principais portais e acervos disponíveis em meios eletrônicos e físicos. A revisão deverá comportar: teses e dissertações; artigos em periódicos nacionais (Base Scielo) e produção dos GTs-ANPED. Tem-se como objetivo elaborar referencial teórico para análise do trabalho e do emprego na educação infantil, no âmbito dos sistemas de ensino. Além de levantar e analisar dados produzidos pelo INEP, compilados nas sinopses estatísticas dos Censos da Educação Básica e nos Censos Especiais, identificando os indicadores relacionados aos profissionais da educação infantil, sua distribuição por regiões, modalidade de atendimento (creche e pré-escola), formação profissional e tipo de instituição em que atuam (dependência administrativa).

Alguns resultados

A partir dos dados levantados junta à secretaria Municipal de Educação já é possível fazer certas inferências sobre a formação dos profissionais da educação infantil; apesar da concepção de feminização do profissional da educação infantil vir se modificando, principalmente após a LDB, nas instituições observadas é possível constatar a existência de situações educativas bastante diversificadas. Em alguns espaços e instituições é possível encontrar um ensino de forte cunho assistencialista, o que pode levar ao questionamento sobre a formação de seus profissionais e nos leva a compreender que nessas instituições existe a ausência de propostas pedagógicas consistentes, o que aliado ao descompromisso político-financeiro dado a esse segmento da educação acaba por prejudicar o ensino.

No total das escolas pesquisadas é possível observar que existe uma predominância de mulheres nas diversas funções, sendo que os homens, geralmente possuem cargos como vigia, segurança, zeladores, porteiros, professores de educação física e serviços gerais. Com relação ao patamar mínimo de formação para o ensino desse segmento percebe-se que as instituições particulares possuem em sua maioria professores com formação a nível superior e muitas vezes com especialização ou pós-graduação, ao passo que as instituições conveniadas os profissionais concluíram apenas o magistério, ou seja, o curso normal a nível médio. Considera-se importante ressaltar que as instituições privadas possuem profissionais com diversas formações, como filosofia, fonoaudiólogia, letras, ciências biológicas, dentre outros.

No que tange a questão salarial verifica-se que o salário das educadoras das instituições conveniadas pode variar de R$460,00 à R$ 848,00; analisando a trajetória das políticas da educação e no âmbito da formação de professores, além de tais dados obtidos é perceptível que existe uma desvalorização social dos profissionais da educação. É possível constatar precariedade das condições de trabalho, salários ruins, ausência de infra-estrutura para exercício da profissão, além criação de escolas de diferente qualidade para formação do profissional, sendo este último um fator que acaba por contribuir para uma redução do conhecimento e interfere na própria ação pedagógica do professor.

Deve-se considerar ainda uma tradição histórica que nem sempre foi favorável à formação de professores e ao seu potencial de conhecimento e socialização, em que é a atribuída uma desvalorização dos profissionais que atuam tanto na educação básica como nos cursos superiores. A realidade nos mostra que a escola não limita-se a função de ensinar, ela deve estar também estar comprometida com ações pedagógicas, com a comunidade e com contexto individual de cada aluno; portanto torna-se necessário o aprimoramento do processo de formação de professores.

Nesse sentido esse estudo nos possibilita perceber a importância da criação de políticas públicas para os profissionais da educação infantil, não apenas como forma de possibilitar melhores e mais eficientes condições de trabalho, mas porque essa evolução nas políticas publicas pode se refletir positivamente na educação e formação de nossas crianças.

Referências Bibliográficas:

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. *Educ. Soc.*, vol.25, no.89, p.1127-1144, Dez 2004

POPKEWITZ, Thomas S. Reforma educacional: *Uma política sociológica, poder e conhecimento em educação.* Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, julho, 1999. (a)

_____. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS M. (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 49-86.

SILVA, Isabel O. **Profissionais da educação infantil**: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez Ed., 2001.

_____. **Trabalho docente na educação infantil**: dilemas e tensões. In: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, GT 07, Caxambu, 2007. (disponível em http://www.anped.org.br/)

SILVA, Hugo L. F. Limites na construção de uma identidade política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na educação infantil. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 002, jul./dez. 2006.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes Ed., 2007.

---

[1] Segundo a resolução 01/2000, Seção II, Parágrafo 2º: Entende-se por instituições privadas de educação infantil as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, enquadradas nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos dos artigos 19 e 20 da « Lei 9394/96 ». Ao passo que as instituições conveniadas estabelecem convênio com a Secretaria Municipal de Educação, cumprindo exigências mínimas e recebendo repasse de acordo com número de crianças matriculadas.